

ANÁLISES SITUACIONAIS E RETROSPECTIVAS

INCLUSÃO DIGITAL

Governo Federal

Ministério do Planejamento e Orçamento

Ministra Simone Nassar Tebet

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidenta

Luciana Mendes Santos Servo

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Fernando Gaiger Silveira

Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Luseni Maria Cordeiro de Aquino

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Cláudio Roberto Amitrano

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Aristides Monteiro Neto

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Rafael Guerreiro Osório

Diretora de Estudos Internacionais

Keiti da Rocha Gomes

Chefe de Gabinete

Alexandre dos Santos Cunha

Coordenadora-Geral de Imprensa e Comunicação Social

Gisele Amaral de Souza

Ouvidoria: <https://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <https://www.ipea.gov.br>



ANÁLISES SITUACIONAIS E RETROSPECTIVAS

INCLUSÃO DIGITAL



EQUIPE TÉCNICA

Luis Claudio Kubota

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Comic/Diset/Ipea). *E-mail*: luis.kubota@ipea.gov.br.

Comissão de Redação

Ana Cleusa Serra Mesquita
Bernardo Abreu de Medeiros
Bruno de Oliveira Cruz
Glauro Avelino Sampaio Oliveira
Helder Rogério Sant’Ana Ferreira
Joana Luiza Oliveira Alencar
Jose Aparecido Carlos Ribeiro
Luis Cláudio Kubota
Luiz Carlos Garcia Magalhães
Mauro Oddo Nogueira
Pedro Silva Barros
Salvador Teixeira Werneck Vianna
Vanessa Gapriotti Nadalin

Apoio

Raquel Viana Rocha
Tallita Soares de Andrade
Vitória Aparecida Braga da Silva

Como citar:

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Análises situacionais e retrospectivas**: inclusão digital. Brasília: Ipea, 2025. 7 p. DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/ri-eb-2050-inclusao-digital>

Versão atualizada em 16 de abril de 2025.

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e ePUB (livros e periódicos). Acesse: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Este texto técnico foi produzido de forma tempestiva em maio de 2024, em conformidade a demanda da Secretaria Nacional de Planejamento do Ministério de Planejamento e Orçamento. Essa versão é a que resultou do trabalho de síntese feito por um comitê editorial, que reuniu as contribuições de vários temas e produziu o documento *Análise situacional e retrospectiva*, entregue pelo Ipea em 21/6/2024 como insumo para o processo de elaboração da proposta da Estratégia Nacional de Longo Prazo (Estratégia Brasil 2050).

DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/ri-eb-2050-inclusao-digital>

APRESENTAÇÃO

Este relatório institucional faz parte da série *Análises situacionais e retrospectivas*, publicada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) no início de 2025. São textos curtos e de produção expressa que foram elaborados no primeiro semestre de 2024 como insumo para a formulação da Estratégia Nacional de Longo Prazo (Estratégia Brasil 2050).

Na elaboração dessa estratégia, a Secretaria Nacional de Planejamento do Ministério do Planejamento e Orçamento (Seplan/MPO) buscou, em março de 2024, o apoio do Ipea, pelo conhecimento do seu corpo técnico. Apresentou uma lista de temas diversos, contendo mais de cinquenta tópicos de políticas públicas, programas, públicos-alvo, fenômenos sociais e setores econômicos. De forma a atender à demanda, o Ipea constituiu uma comissão de redação, responsável pela coordenação dos trabalhos, que envolveu a participação de mais de vinte colaboradores na produção de textos-base para cada um dos temas tratados.

Os textos trazem definições do tema, diagnóstico atual e retrospectivo, análise de indicadores, e considerações sobre desafios e oportunidades. Do trabalho entregue pelo Ipea, a Seplan fez uma síntese, selecionando aspectos abordados (Brasil, 2024), e o Ipea produziu essa série de relatórios. Os textos publicados tratam de políticas e temas essenciais para o desenvolvimento econômico e social, incluindo assistência social, saúde, previdência, segurança pública, empreendedorismo, agronegócio, agricultura familiar, indústria, serviços, mineração, inclusão digital, governo digital, transparência e combate à corrupção, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência e população em situação de rua.

Esperamos que os conteúdos apresentados ajudem na sua reflexão sobre cada um desses temas.

Boa leitura!

Luciana Mendes Santos Servo
Presidenta do Ipea

Helder Rogério Sant’Ana Ferreira
Coordenador-Geral de Planejamento e Articulação Institucional do Ipea

REFERÊNCIA

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Análise retrospectiva e situacional**. Brasília: MPO, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/planejamento/estrategia-2050-conteudo/eb2050-analise-retrospectiva-e-situacional.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2025.

SINOPSE

O texto apresenta um breve estudo sobre a inclusão digital no Brasil, incluindo a evolução das tecnologias da informação e comunicação (TICs), a desigualdade de acesso à internet por renda e região, as políticas públicas para promover a inclusão digital e as oportunidades que o setor oferece. A seguir, estão elencados os principais pontos tratados neste trabalho.

- O Brasil vem evoluindo no tema da inclusão digital, com a massificação do serviço de telefonia celular e o investimento em infraestrutura de internet.
- A desigualdade de acesso à internet ainda é significativa, com diferenças por renda e região.
- O governo brasileiro já implementou políticas públicas para promover a inclusão digital, como o descontingenciamento do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) e o programa Norte Conectado.

Dessa forma, apresentam-se como objetivos desta publicação: i) descrever o contexto da inclusão digital no Brasil; ii) identificar os desafios e as oportunidades do setor; e iii) apresentar políticas recentes voltadas para combater a desigualdade no acesso à internet.

Palavras-chave: inclusão digital; tecnologia da informação e comunicação; acesso à internet; políticas públicas; desigualdade social.

INCLUSÃO DIGITAL

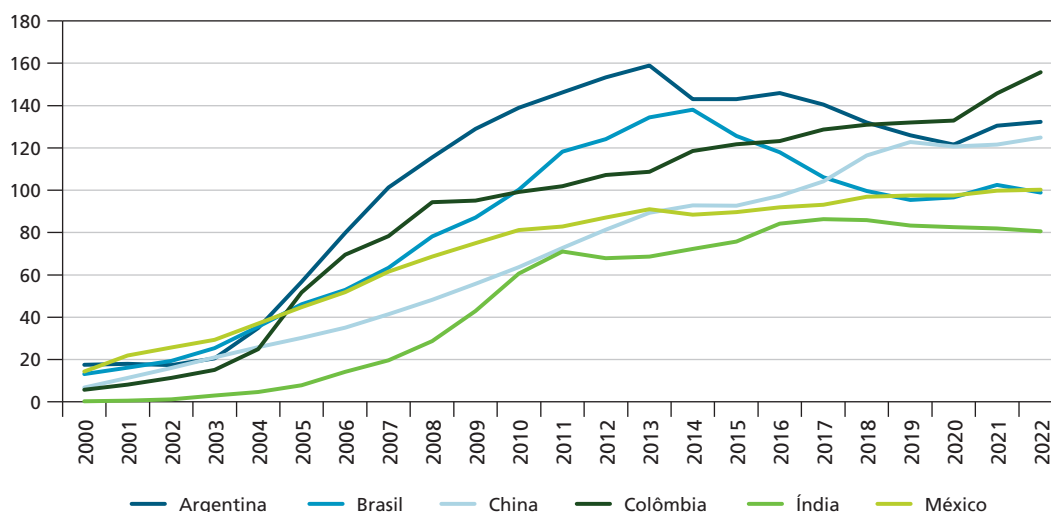
Tecnologias da informação e comunicação (TICs) dizem respeito a um amplo leque de políticas, variando entre a produção de *hardwares* (como computadores e celulares) e *softwares*, as telecomunicações, as plataformas digitais e o acesso dos indivíduos a essas tecnologias: inclusão digital, que será o foco deste texto.

O Brasil é um país de renda média que evoluiu bastante no tema da inclusão digital. Os desenvolvimentos das TICs neste século transformaram o mundo como o conhecemos. Os mais variados aspectos da vida humana foram afetados pela revolução das TICs: educação, saúde, entretenimento, trabalho, transportes, além, é claro, das próprias comunicações. O período pós-2000 marcou a introdução da internet banda larga, da internet móvel, com suas tecnologias 2G, 3G, 4G e, mais recentemente, 5G.

O Brasil acompanhou essa evolução. A privatização do monopólio do setor de telefonia, no fim dos anos 1990, viabilizou um volume de investimentos bilionários na expansão da infraestrutura. O gráfico 1 mostra como o serviço de telefonia celular se expandiu de um luxo para uma minoria para a massificação do serviço, quando o número de linhas chegou a superar o de habitantes, não só no Brasil, como também em outros países em desenvolvimento. Mudanças regulatórias e tecnológicas no Brasil fizeram com que a posse de mais de um celular por usuário (para usufruir de tarifas diferenciadas de ligações para outras operadoras) se tornasse desnecessária.

GRÁFICO 1

Linhas de celular por 100 habitantes – Argentina, Brasil, China, Colômbia, Índia e México (2000-2022)



Fonte: World Bank. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>. Acesso em: 8 maio 2024.
Elaboração do autor.

Se, por um lado, houve massificação do serviço de telefonia celular, por outro, a desigualdade no acesso à internet ainda é aguda, quando se comparam os dados por renda e região. Na tabela 1, com base no percentual de domicílios com acesso à internet, é possível

observar que domicílios da região Sul apresentam um valor de 15 pontos percentuais (p.p.) maior que o do Nordeste. Os domicílios da classe A apresentam um valor de 33 p.p. maior que os das classes D e E.

TABELA 1
Domicílios com acesso à internet – por tipo de conexão (2023)
(Em %)

		Total – banda larga fixa
Total		73
Área	Urbana	73
	Rural	71
Região	Sudeste	75
	Nordeste	65
	Sul	80
	Norte	73
	Centro-Oeste	68
Classe social	A	92
	B	84
	C	74
	D/E	59

Fonte: CGI.BR – TIC Domicílios 2023. Disponível em: <https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2023/domicilios/A5/>. Acesso em: 8 jan. 2025.
Obs.: 1. Banda larga fixa inclui conexão via cabo de TV ou fibra ótica, linha telefônica (DSL), rádio e satélite.
2. Entende-se por classe social o que consta no Critério Brasil de Classificação Econômica – CCEB (CGI.BR, 2024, p. 36).

Por um lado, apresentamos anteriormente algumas dificuldades, como as diferenças de acesso à internet por classe social e região. Por outro lado, uma série de oportunidades permite esperar uma redução da desigualdade de acesso: o descontingenciamento dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust); o programa Norte Conectado, que tem o objetivo de expandir a infraestrutura de comunicações da Amazônia, por meio da implantação de cabos de fibra ótica subfluvial; e a Estratégia Nacional de Escolas Conectadas, que visa conectar todas as escolas públicas da educação básica do Brasil até 2026.

REFERÊNCIA

CGI.BR – COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2023**. São Paulo: CGI.BR, 2024. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20241104102822/tic_domicilios_2023_livro_eletronico.pdf.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação

Aeromilson Trajano de Mesquita

Assistentes da Coordenação

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

Supervisão

Ana Clara Escórcio Xavier

Everson da Silva Moura

Revisão

Alice Souza Lopes

Amanda Ramos Marques Honorio

Barbara de Castro

Cláudio Passos de Oliveira

Clícia Silveira Rodrigues

Denise Pimenta de Oliveira

Nayane Santos Rodrigues

Olavo Mesquita de Carvalho

Reginaldo da Silva Domingos

Susana Sousa Brito

Yally Schayany Tavares Teixeira

Jennyfer Alves de Carvalho (estagiária)

Katarinne Fabrizzi Maciel do Couto (estagiária)

Editoração

Anderson Silva Reis

Augusto Lopes dos Santos Borges

Cristiano Ferreira de Araújo

Daniel Alves Tavares

Danielle de Oliveira Ayres

Leonardo Hideki Higa

Capa

Danielle de Oliveira Ayres

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Ipea – Brasília

Setor de Edifícios Públicos Sul 702/902, Bloco C

Centro Empresarial Brasília 50, Torre B

CEP: 70390-025, Asa Sul, Brasília-DF

Composto em adobe garamond pro 11,5/13,8 (texto)
Frutiger 67 bold condensed (títulos, gráficos e tabelas)
Brasília-DF



Missão do Ipea

Qualificar a tomada de decisão
do Estado e o debate público.



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO